

PEC 65/2023

BANCO CENTRAL DO BRASIL

SOBERANIA EM RISCO

✓ Riscos Institucionais

- ✓ **Inconstitucionalidade:** A proposta viola os limites materiais à reforma constitucional ao promover a desvinculação do Banco Central do Estado.
- ✓ **Ameaça à Estrutura do Estado:** É imprudente que o BC regule, isoladamente, aspectos administrativos e previdenciários. Abrir esse precedente pode desestruturar o Estado brasileiro, incentivando outras instituições a buscarem a mesma desvinculação.
- ✓ **Fora do Orçamento:** O BC passaria a gastar sem submissão ao ciclo orçamentário federal.

Ao se retirar da Lei Orçamentária, o Banco Central criaria uma estrutura econômica e financeira independente, gerida por ato próprio e longe dos olhos da sociedade e do Congresso Nacional, institucionalizando o gasto sem transparência.
- ✓ **Risco à Soberania Nacional:** A entrega da política monetária e cambial a uma entidade apartada do Estado pode comprometer a soberania do Brasil, atendendo a interesses de nações ou grupos estrangeiros, em detrimento da vontade do povo brasileiro.

✓ Riscos ao Serviço Público

- ✓ **Ampliação da Porta-Giratória:** A desvinculação do Banco Central do Estado facilitaria ainda mais a entrada de agentes do mercado financeiro para atuação em cargos estratégicos, bem como a migração de dirigentes do BC para instituições reguladas.
- ✓ **Flexibilização da Estabilidade do servidor:** A criação de um "regime jurídico próprio de autoridade monetária" abria brechas para contratações via CLT, com consequente perda de garantias estatutárias. A prerrogativa para criação e extinção de cargos, dada à alta administração, seria como assinar um cheque em branco para ocupantes temporários.
- ✓ **Servidor Protegido, Sociedade Segura:** O Banco Central exerce funções típicas de Estado; a manutenção da estabilidade estatutária de seu corpo funcional é uma salvaguarda contra possíveis pressões políticas e econômicas.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central rejeita a PEC 65/2023

As carreiras do Banco Central necessitam ser enquadradas como típicas de Estado. Problemas orçamentários e de gestão de pessoas da instituição podem ser resolvidos pela legislação infraconstitucional. As soluções para o BC devem seguir pela via do fortalecimento institucional, com controle democrático e transparência.